

# Representação do discurso outro e construção de ponto de vista em reportagens e artigos de opinião

---

Suzana Leite Cortez<sup>1</sup>

**Resumo:** Dedicando atenção aos fenômenos de heterogeneidade enunciativa, este artigo analisa comparativamente a construção do ponto de vista em dois gêneros da mídia escrita, reportagem e artigo de opinião, publicados em diferentes veículos da imprensa brasileira sobre o discurso da presidenta Dilma Rousseff, realizado na ONU em setembro de 2013. Considerando que estes gêneros concedem grande espaço ao discurso outro, o que pode ser vislumbrado através de procedimentos de apreensão da alteridade, este artigo propõe observar como a representação do discurso outro contribui para a construção do ponto de vista nestes dois gêneros.

**Palavras-chave:** Representação do discurso outro. Ponto de vista. Gêneros da mídia.

**Abstract:** In focusing on the phenomena of enunciative heterogeneity, this article comparatively analyses the construction of point of view in two genres of print media, namely news report and op-ed article. The genres were circulated in different vehicles of Brazilian press and thematized president Dilma Rousseff's opening speech at the 2013 UN Assembly. If one considers that both genres grant prominent space to the discourse of the Other, which may be verified within some procedures of alterity uptake, this article aims at investigating how the representation of another speech partakes in the construction of point of view in both genres.

**Keywords:** Representation of another speech. Point of view. Media genres.

**Résumé:** En portant une attention particulière aux phénomènes d'hétérogénéité énonciative, cet article propose une analyse comparative de la construction du point de vue dans deux genres de la presse écrite: le reportage et l'article d'opinion. Le corpus est constitué de textes publiés dans des médias différents de la presse brésilienne et consacrés au discours de la Présidente Dilma Rousseff à l'Assemblée de l'ONU en septembre 2013. Considérant que ces genres accordent une place importante au discours autre, ce qui peut être analysé grâce aux indices langagiers de l'altérité, nous examinons comment la représentation du discours autre contribue à la construction du point de vue dans ces genres discursifs.

**Mots-clefs:** Représentation du discours autre. Point de vue. Genres de la presse.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela UNICAMP, é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente realiza estágio de Pós-doutorado na Université de Paris 3, sob a orientação de Claire Doquet.

## Introdução

Embora seja quase um truísmo dizer, nos dias de hoje, que nossas palavras são sempre e irremediavelmente palavras dos outros, uma questão que ainda se coloca como discutível e passível de investigação no campo da linguística, é sobre as formas numerosas e diversificadas que contribuem para inscrever o dizer do outro no discurso do “eu” (individual, coletivo, institucional) e sobre funções e efeitos de sentido que estas formas podem desempenhar a depender do gênero e da relação que se estabelece entre os discursos.

Para Authier-Revuz (2004), essa solidariedade de um discurso a outro – relação interior/exterior –, tão diversificada conforme os discursos, depende da maneira como cada discurso realiza sua “negociação obrigatória” com a heterogeneidade constitutiva. Segundo a autora, são numerosos os parâmetros dessa “cartografia” interior/exterior construída no discurso, uma vez que entram em jogo: a importância do espaço atribuído ao exterior, como ele se situa e com que frequência emerge no dizer; o grau de diversidade das exterioridades convocadas (se única ou múltipla), a identidade mais ou menos especificada dos dizeres (se há referência precisa a uma mensagem particular ou não) e o tipo de relação representada entre si e o outro.

Por essa razão, a indicação das formas de citação, formas sintáticas convencionais do discurso reportado (DR) – discurso direto (DD), discurso indireto (DI), discurso indireto livre (DIL) – não é suficiente para a compreensão do fenômeno da heterogeneidade

enunciativa ou da natureza dialógica da linguagem<sup>2</sup>. Cunha (2008) esclarece que, graças às traduções da obra de Bakhtin<sup>3</sup> e Bakhtin/Volochinov, muitos estudos sobre o discurso citado na perspectiva enunciativa ou dialógica privilegiaram a interação entre os discursos e não mais as formas de citação para se propor um método de análise. A autora explica que com “esse novo olhar sobre o discurso citado, o problema é reformulado a partir de novas questões de pesquisa: como se apreende o discurso de outrem? Como se dá o processo de recepção vivido pelo discurso interior?” (CUNHA, 2008, p.136). Desse modo, o discurso citado, sendo considerado não apenas discurso no discurso, mas *discurso sobre o discurso*, em que se reconhece a *metadiscursividade* preconizada por Authier-Revuz (1984, 2004, 2012b), passa a ser tratado por uma proposta de abordagem global que considera que falamos com a palavra de outros no discurso em graus e formas as mais diversas, que vão da repetição à alusão.

Tal diversificação pode ser observada no trecho da reportagem abaixo, *Espionagem é afronta, diz Dilma na ONU*, da Revista Carta Capital, que trata do discurso da presidenta Dilma Roussef na 68ª reunião da Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro de 2013:

---

<sup>2</sup> Em relação ao uso dos termos dialogismo e heterogeneidade, estamos de acordo com Doquet-Lacoste (2013, p.123), que ao se apoiar em Brés e Vérine (2003), esclarece que estes mostraram que discurso reportado e dialogismo “podiam ser analisados da mesma maneira e em continuidade com os trabalhos de Authier-Revuz que, embora preferindo o termo “heterogeneidade” a “dialogismo”, trata o conjunto dos fenômenos dialógicos, do qual o DR parte.” Isto pode ser comprovado já na publicação de 1984, em que Authier-Revuz ([1984] 1990, p.26-27), ao tratar da heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, deixa claro que também se apoia na problemática do dialogismo bakhtiniano.

<sup>3</sup> Segundo Authier-Revuz ([1984] 1990, p.26), embora o dialogismo do círculo de Bakhtin não tenha tido a conversação face a face como foco principal, ele contribuiu com uma “teoria da dialogização interna do discurso”, largamente conhecida atualmente no campo da linguística da enunciação e das diferentes análises de texto e discurso.

Logo no início da **fala de aproximadamente 23 minutos**, a presidenta **lembrou** como **as recentes revelações de espionagem** provocaram repúdio da opinião pública mundial. “No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão”, **disse**. “Dados de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação.”<sup>4</sup>

Neste trecho, além da forma sintática mais conhecida de DR, o DD com uso de verbo introdutor de citação “disse”, identificam-se outras formas e usos que extrapolam os esquemas sintáticos de transmissão, assinalando graus diferentes de manifestação do discurso outro. São eles: as formas nominais anafóricas “a fala de aproximadamente 23 minutos” e “as recentes revelações de espionagem”; o uso da forma verbal “lembrou” assinalando conteúdo que indica paráfrase do já-dito (discurso da presidenta); citação direta (trecho entre aspas) sem verbo introdutor (na penúltima linha) e, no próprio título da reportagem, uso do verbo de citação “diz” sem que o conteúdo do dizer fosse marcado por aspas. Tais formas apontam para enunciadores que podem estar explícitos ou não no discurso. É o caso, por exemplo, do uso do verbo dizer (“disse” e “diz”), que aponta explicitamente para a presidenta Dilma; e da forma nominal “as recentes revelações de espionagem”, que aponta implicitamente para Edward Snowden, o autor das revelações sobre as práticas de espionagem da NSA, agência do governo norteamericano.

Ocorrências como estas nos permitem reafirmar, o que assegura Rosier (2008): existem formas não reconhecidas como DR pelas

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/2013jamais-pode-uma-soberania-firmar-se-em-detrimento-de-outra201d-diz-dilma-sobre-espionagem-6642.html>.

gramáticas, mas que, do ponto de vista do sentido, caracterizam-se como tais, pois testemunham a reflexão metadiscursiva sobre a maneira como se transmitem e circulam os enunciados. Sabendo-se que essa transmissão não é neutra, interessa discutir neste trabalho como o discurso outro pode ser mobilizado para a construção do ponto de vista em dois gêneros da mídia escrita: a reportagem<sup>5</sup> e o artigo de opinião. O interesse pela análise comparativa entre esses dois gêneros dá-se pela necessidade de investigar de forma mais atenta se existe diferença significativa quanto ao modo de gerenciar as vozes nesses gêneros, e conseqüentemente quanto ao modo de manifestar pontos de vista<sup>6</sup>. Para tanto, e em consonância com Emediato (2013), partimos do pressuposto de que “os enunciados ditos de informação são portadores de pontos de vista sobre os fatos e esses pontos de vista<sup>7</sup> são apresentados com muita frequência como evidências.” (p.79). Nesse sentido, parece que nem sempre o jogo argumentativo revela-se explicitamente na reportagem, diferentemente do artigo de opinião em que se identifica frequentemente uma intenção argumentativa explícita<sup>8</sup> (AMOSSY, 2006).

---

<sup>5</sup> Neste trabalho não faremos distinção entre reportagem e notícia, rotulando ambos de reportagem, pois os tomamos como gêneros que assumem na mídia o papel de reportar informações sobre fatos e acontecimentos.

<sup>6</sup> Pode-se dizer, segundo Amossy (2006, p.34), que “há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, uma forma de perceber o mundo se exprime em meio a posições e visões antagonistas ou simplesmente divergentes, tentando sobrepor-se ou ser admitida.

<sup>7</sup> Baseando-se nos estudos de Georges Kleiber sobre a designação, Guadanini (2013) estuda o papel dessas formas para a construção da opinião em revistas informativas. Para a autora, a mídia pode imprimir seu posicionamento através de um simples ato de designação. Por isso, “a designação, embora possua um aspecto de caracterização identificatória, não se limita, no âmbito da mídia, à função de apresentação/explicação do fato: ela serve também, devido ao seu aspecto apreciativo, à captação, à adesão e à influência.” (p.147).

<sup>8</sup> Para Amossy (2006), a argumentação no discurso pode se estabelecer tanto em sua *dimensão argumentativa* quanto explicitamente como *intenção argumentativa*. Enquanto que a intenção (“visée”) argumentativa relaciona-se ao esforço ou planejamento para se fazer aderir a uma tese (plano da persuasão), a dimensão argumentativa é uma noção mais modesta que busca mostrar um modo de ver e sentir, sem a necessidade de provar ou buscar adesão para uma tese bem definida. Em

Baseando-se nisso, este trabalho possibilita questionar em que medida pode ser sustentada a distinção entre gêneros do narrar/informar e gêneros do expor/argumentar. Assim, se a nossa atenção se volta neste trabalho para analisar como as formas de representação do discurso outro podem ser mobilizadas para a construção do ponto de vista, indagamo-nos se há aspectos linguístico-discursivos nesse processo que possibilitam diferenciar os dois gêneros?

Para tanto, apresentaremos inicialmente o quadro teórico em que se delineiam as discussões deste trabalho, mais especificamente sobre a representação do discurso outro e a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista. Em seguida, apresentaremos de forma comparativa dados dos gêneros analisados.

## **1 Representação do discurso outro**

O estudo das numerosas formas que contribuem para a inscrição e manifestação da heterogeneidade enunciativa não seria possível sem a ampliação de seu escopo de análise, como atestam os trabalhos de Authier-Revuz<sup>9</sup>, Cunha e Rosier anteriormente citados. Tal renovação deu origem, segundo Cunha (2012, p.290) ao interesse pela “multiplicidade de formas de discurso reportado”, e consequentemente pela i) interação entre dois discursos de sujeitos concretos, historicamente situados, considerando a inter-relação entre o discurso

---

certos discursos, a argumentação não é aparente nem explícita, porque não funciona como ambição persuasiva nem como uma intenção declarada. Por essa razão, Amossy insiste na noção de dimensão argumentativa que implica a orientação argumentativa do discurso (mesmo involuntária) em projetar determina compreensão sobre aquilo de que ele trata.

<sup>9</sup> Rosier (2008, p.7) explica que Authier-Revuz foi responsável por inaugurar uma abordagem linguística original, integrando as formas do DR à modalização autonímica.

citante e o discurso citado, e a relação que liga o enunciador ao locutor da enunciação anterior, e pelas ii) formas de representação do dialogismo não marcado – discurso indireto livre, construções híbridas, discurso bivocal. (CUNHA, 2009, p.26).

É sob o rótulo “representação” que Authier-Revuz (2004, 2012a, 2012b) concebe estes fenômenos de heterogeneidade enunciativa como uma “condição de existência”<sup>10</sup> do dizer e do sentido, o que entendemos como uma espécie de lei do funcionamento da língua. Por isso, a autora concebe tais fenômenos como “representação do discurso outro” (RDA)<sup>11</sup> em detrimento de discurso reportado, ao preconizar que a RDA revela essa capacidade do discurso de encenar outras vozes, além daquela de sua enunciação, sejam estas vozes explícitas ou implicitamente dadas a reconhecer. A opção pela denominação RDA evita, segundo Authier-Revuz (2012b, p.157), a restrição do termo “reportado” que se refere apenas ao dizer que já foi dito, e possibilita ampliar o fenômeno para o que será, poderia ser e ainda não foi dito. Além disso, sem desconsiderar a trilogia consagrada DD, DI e DIL, em que o discurso outro é objeto do dizer, tal denominação possibilita a inclusão de dois modos de representação em que o discurso é representado como *fonte* do dizer quando se modaliza no plano de: suas asserções - “conforme/segundo os dizeres de...” - ou dos modos de dizer - “como diz...”. A autora acrescenta ainda que a escolha deste termo posiciona explicitamente a heterogeneidade no campo mais vasto da metadiscursividade (discurso sobre discurso) com a especificação da alteridade (discurso outro) pela qual a RDA se distingue da autorrepresentação do discurso que está se fazendo

---

<sup>10</sup> Cf. Authier-Revuz (2012a, p.22)

<sup>11</sup> A sigla RDA remete à expressão em língua francesa “représentation du discours autre”.

(AUTHIER-REVUZ, 2004, p.36). Por isso, o estudo das formas de RDA como “heterogeneidade representada”, conduz inevitavelmente a observar o fenômeno em termos de *graus da presença do outro*, o que também inclui aquelas formas bem menos marcadas de RDA.

Authier-Revuz considera ainda a RDA como um “domínio particular de categorização metalinguageira” (2012b, p.159), porque é no campo da RDA que a categorização metalinguageira se identifica, sendo por isso uma de suas operações. Contudo, esclarece que a categorização metalinguageira em RDA, não se realiza apenas por meio de verbos de citação (falar, dizer, prometer, afirmar, etc.) nem apenas aos modos do DD e do DI, o que nos possibilita tratar as formas nominais referenciais como recursos que podem favorecer a

Para Authier-Revuz (2004, p.52), essas formas de RDA são “dados a reconhecer” mesmo com o risco de uma certa escolha “intencional” em relação ao enunciador. Esse reconhecimento, a nosso ver, pode ser compreendido como uma atitude interpretativa do locutor, de modo a favorecer a expressão do ponto de vista que este constroi sobre o discurso outro – como objeto de representação –, e consequentemente sobre o próprio enunciador deste discurso. Esse *tour* interpretativo também pode ser associado à “modalização autonímica de empréstimo” como forma de RDA, pois revela sempre, segundo a autora, um “trajeto interpretativo”.

E através desse *tour* interpretativo que propomos associar neste trabalho o estudo de algumas formas de RDA (DD, DI, DDL, verbos introdutórios de citação, aspas de conotação autonímica e formas nominais referenciais) com a construção do ponto de vista. Tal construção contribui não apenas para indicar o posicionamento do(s)



outro(s) enunciador(es) que o locutor jornalista ou colunista mobiliza, mas também para marcar o posicionamento do locutor em relação ao discurso outro, que ele põe em cena - a forma como ele o enquadra, o avalia e a frequência com que o mobiliza. Ao posicionar-se implícita ou implicitamente sobre o discurso outro, o locutor manifesta seu ponto de vista sobre o tópico em pauta. Por isso, concordamos com o Emediato<sup>12</sup> (2013, p.87) que no discurso da informação midiática o discurso relatado possui “uma dimensão argumentativa importante que merece ser analisada”, o que permite ao locutor-enunciador jornalista “argumentar sobre as palavras dos outros” (p.88).

Passaremos a discutir, no próximo tópico, a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista.

## 2 Ponto de vista e mídia

A noção de ponto de vista (RABATEL, 2005, 2008), ao reinterpretar a noção de foco (tão cara ao estudo genettiano da focalização narrativa), põe em evidência a complexidade das relações entre as instâncias que povoam o discurso, na medida em que considera as diferentes *vozes que, consoantes ou dissonantes, constroem e perspectivam os objetos de discurso, orientando-o argumentativamente*. Por isso, a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista, ao debruçar-se sobre as “vozes” que engendram a tessitura do discurso, aborda o problema da perspectivação a partir da relação entre *sujeitos*

---

<sup>12</sup> Para Emediato (2013, p.89), o “problema da dimensão argumentativa do discurso relatado está diretamente ligado ao modo como o discurso do outro é transformado pelo sujeito informante, manipulado e enquadrado por este para fins argumentativos.”

*enunciadores e objeto de conhecimento*, ampliando o escopo de seu estudo e observação para além do domínio literário.

Esta reorientação no estudo do ponto de vista conferiu-lhe um recorte teórico de cunho mais pragmático, que o deslocou das restrições estruturalistas, inclusive de uma abordagem polifônica no nível do enunciado<sup>13</sup> ou da argumentação na língua<sup>14</sup>. Como consequência, a manifestação do ponto de vista não se limita à expressão da vida psíquica dos personagens (pensamentos e percepções), pois também engloba a representação de falas que podem se manifestar por diferentes formas do discurso reportado. Tal abordagem considera que mesmo as “frases sem fala” (quando não há asserção ou fala explícita) permitem a expressão de um ponto de vista, quer dizer: ainda que as instâncias não falem, elas podem ter seu ponto de vista representado por outro enunciator. Essa representação pode ser assumida pelo locutor (*prise en charge*), encarregado de gerenciar as informações no discurso, ou ser atribuída por ele (imputação) a outros enunciadores, nem sempre *autorizados* a falar. Assim, ao gerenciar a fala ou o conteúdo proposicional relativo a outros enunciadores, o locutor nem sempre toma para si ou assume como seu, pois, ao dizer pelo outro, pode marcar distanciamento, imputando ou simplesmente representando um ponto de vista.

Portanto, em consonância com Rabatel, compreendemos que os pontos de vista podem ser identificados no discurso pela *maneira como o locutor apreende os objetos de discurso na relação com outros enunciadores*. Porém, essa questão seria simples de afirmar se as falas,

---

<sup>13</sup> Ducrot (1984).

<sup>14</sup> cf. Haillet (2007).

ações e percepções manifestadas sempre indicassem o ponto de vista do locutor. Longe dessa simplificação, a questão torna-se complexa quando se considera a gestão do dialogismo<sup>15</sup> interno nos gêneros da mídia, por exemplo. Essas vozes podem no contexto da mídia assinalar diferentes pontos de vista que atravessam a malha enunciativa do texto, sendo os pontos de vista configurados – conjugados ou dissociados – conforme a orientação argumentativa do texto. Tal orientação estabelece o ponto de vista (pdv) principal, o “pdv do texto”, que, resultante de uma coconstrução no contexto midiático, dialoga com outros pdv, necessariamente com outros enunciadores. Assim, o pdv do texto se configura em meio a diferentes perspectivas, o que faz com que as falas, percepções e pensamentos representados possam indicar, pressupor e/ou enunciar a existência de ao menos dois enunciadores: aquele que representa um pdv e aquele que é alvo de uma representação.

Em síntese, a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista, ao pôr em evidência as relações entre as instâncias que povoam o discurso, concebe o ponto de vista como o modo pelo qual um enunciador apreende um objeto de discurso na relação com outros enunciadores, orientando argumentativamente o texto. Assim, a análise do ponto de vista, ao pôr em foco a natureza das relações que o locutor-enunciador nutre com outro(s) enunciadore(s), envolve dois dispositivos que apontam para a responsabilidade enunciativa (RABATEL; CHAUVIN-VILENO, 2006) do jornalista ou colunista ao

---

<sup>15</sup> A disjunção locutor/enunciador (DUCROT, 1984) é, então, um instrumento de grande utilidade para a análise das situações dialógicas em que o locutor se empenha em fazer eco à subjetividade de outro, sem que aquele seja autorizado a falar (RABATEL, 2008, p. 402). Consequentemente, a análise do pdv põe em foco a natureza das relações que o locutor nutre com diferentes enunciadores, o que lhe permite marcar posição no discurso, construindo seu pdv em meio a outros.

gerenciar vozes no discurso: a *prise en charge* e a imputação (LAURANDEAU, 2009; DESCLÉS, 2009). Tais dispositivos serão observados em reportagens e artigos de opinião a partir das: a) formas nominais referenciais (KOCH, 2002), incluindo as que estabelecem comparação e atributos (predicações); dos b) verbos introdutórios de opinião (MARCUSCHI, 1997) e das c) aspas de conotação autonímica e expressões conformativas (AUTHIER-REVUZ, 2004).

### 3 Análise de reportagens e artigos de opinião

A análise de reportagens e artigos de opinião foi realizada em um *corpus* restrito<sup>16</sup> constituído de 12 textos publicados entre os dias 24 e 28 de setembro de 2013, nos seguintes veículos midiáticos: Revista *Carta Capital*, Revista *Isto é*, Jornal *O Estado de São Paulo* (Estadão), Jornal *GGN* e Portal *Terra*. Todos os textos focalizam o discurso da Presidenta Dilma Rousseff proferido na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 24 de setembro de 2013. Cabe destacar que os gêneros midiáticos analisados não reportam e/ou comentam integralmente o pronunciamento<sup>17</sup>, porque destacam especificamente um tópico do discurso: as críticas<sup>18</sup> da Presidenta Dilma Rousseff às

---

<sup>16</sup> Inicialmente foram coletados 19 textos. Contudo, alguns textos tratavam indiretamente do discurso da Presidenta Dilma na ONU, uma vez que o foco era a espionagem americana ou o estabelecimento do marco civil multilateral de uso da internet.

<sup>17</sup> Além das críticas à espionagem, identificam-se no discurso da Presidenta Dilma Rousseff, os seguintes temas: o repúdio ao atentado terrorista ocorrido em Nairóbi; a agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo as ações de seu governo; as manifestações de junho de 2013 no Brasil; a situação da economia mundial e os níveis de desemprego; a representação limitada do Conselho de Segurança da ONU para solucionar o conflito sírio e lidar com a questão israelo-palestina, e por fim a defesa do multilateralismo.

<sup>18</sup> Das 2.336 palavras proferidas pela Presidenta, 734 palavras (cerca de um terço) configuraram o tópico sobre as ações de espionagem da rede norte-americana.

atividades de uma rede global de espionagem eletrônica. Esta rede, a NSA, interceptou: dados pessoais de cidadãos no Brasil, informações de empresas e representações diplomáticas brasileiras, e as comunicações da própria Presidência da República. Para que se possa observar com mais clareza o movimento de representação desse discurso, registramos abaixo alguns trechos do pronunciamento da Presidenta<sup>19</sup>, ao abordar este tópico:

Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial.

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico – estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas.

Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país.

---

<sup>19</sup> Publicado no Portal do Palácio do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

Pior ainda quando empresas privadas estão sustentando essa espionagem.

Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo.

[...]

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país.

Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.

[...]

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias e a importância da internet, dessa rede social, para construção da democracia no mundo.

Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

[...]

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

Alvo de repercussão na mídia nacional e internacional, a atitude da Presidenta Dilma Roussef e suas afirmações acerca desse tema foram identificadas em 8 reportagens e 4 artigos de opinião de nosso *corpus*, sendo assim distribuídos: a) reportagens: 3 do *Estadão*, 2 da Revista *Isto é*, 1 do Jornal *GGN*, 1 da *Carta Capital* e 1 do Portal *Terra* b) artigos: 2 da Revista *Carta Capital*, 1 do Jornal *GGN* e 1 da Revista *Isto é*.

Ao realizarmos uma abordagem qualitativa dos recursos linguísticos (formas nominais referenciais e predicativas, verbos introdutores de opinião, aspas de conotação autonímica e expressões conformativas) para a representação do discurso *outro* nesses dois gêneros, observamos certas nuances que permitem diferenciá-los na maneira como gerenciam as vozes para a construção do ponto de vista. Dito de outro modo, identificamos certa diferença no modo de *apreensão do discurso outro* que permite distinguir a maneira como cada gênero lida com a opinião na mídia e consequentemente argumenta. Porém, essa diferenciação não é estanque na medida em que identificamos reportagens que mais se assemelham a um artigo de opinião devido à alta incidência de formas nominais avaliativas, que

evidenciam a “tendenciosidade explícita”<sup>20</sup> do jornalismo. Em contrapartida, há reportagens que argumentam de forma mais velada, gerenciando o(s) ponto(s) de vista(s) de enunciadores segundos<sup>21</sup> sem necessariamente assumir reponsabilidade sobre estes, quando não há incidência de *prise en charge*, como podemos observar na (I) reportagem abaixo. Em (I), as formas nominais<sup>22</sup> encontram-se em negrito, os verbos de introdução de opinião estão sublinhados, as formas convencionais de discurso reportado (DD, DI e DDL) encontram-se marcadas com a sigla entre colchetes, as aspas de conotação autonímica identificam-se pelo numeral (3) e as expressões conformativas, pelo numeral (4).

#### (I) Reportagem:

Ao criticar espionagem, Dilma diz que 'não se firma soberania sobre outra soberania'

Em discurso de abertura da Assembleia-Geral da ONU, presidente diz que [DI] ações dos EUA violam direitos humanos e cobrou resposta internacional para evitar que espaço cibernético vire (3) [2] '**arma de guerra**'

24 de setembro de 2013 | 11h 19

Ampliado às 12h - O Estado de S.Paulo

---

<sup>20</sup> Termo utilizado por Emediato (2103).

<sup>21</sup> O termo enunciador segundo, tal como utilizado por Rabatel (2006, 2008) indica um enunciador distinto do locutor-enunciador primeiro que assume o ato físico pela produção do texto oral ou escrito.

<sup>22</sup> Para Koch (2004, p.244): “são formas nominais anafóricas os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no cotexto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes”. A autora postula ainda que estas formas operam uma seleção entre as diversas propriedades do referente e são importantes para *viabilizar o projeto de sentido do produtor do texto*. Consequentemente, essa estratégia de referência testemunha, através da seleção lexical, uma instância discursiva a partir do qual os fatos são apreendidos e os objetos de discurso designados.



A presidente Dilma Rousseff fez **duras críticas** às denúncias de espionagem dos Estados Unidos, logo no início de seu discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, na manhã desta terça-feira, 24. Na plenária da ONU, Dilma qualificou as ações como violação da soberania e dos direitos humanos. "Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania", disse. Após a revelação de documentos que indicavam o monitoramento de conversas entre Dilma e seus assessores, além de dados da Petrobrás e de cidadãos brasileiros, a presidente cancelou a visita oficial que faria aos Estados Unidos, em outubro. Em tom rígido, como era esperado, Dilma definiu a conduta do governo norte-americano como (3) "intrusão". [DD] "Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações", afirmou no discurso, que marcava a abertura da sessão de debates da Assembleia-Geral.

A presidente disse ainda que o governo brasileiro exigiu explicações dos Estados Unidos, além de desculpas e garantias de que essas práticas não se repitam. Dilma repetiu que [DI] as ações são (3) "inadmissíveis" e mais uma vez rechaçou os argumentos de que seriam adotadas para o combate ao terrorismo. "Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional." [DDL]

Dilma frisou que [DI] o Brasil vai redobrar os esforços para dotar-se de legislação e tecnologia para proteger o País da interceptação ilegal da comunicação de dados e cobrou respostas da comunidade internacional. "**O problema**, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta." [DDL]

A presidente antecipou que [DI] o governo brasileiro apresentará propostas para a criação de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet. (4) Segundo Dilma, o acordo deverá ser a garantia da liberdade de expressão, de respeito aos direitos humanos e de neutralidade da rede. "Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra", [DD] disse.

Manifestações de junho. Dilma dedicou parte do discurso para falar sobre as ações sociais de seu governo para o combate à pobreza e relembrou os protestos de rua ocorridos no País, em junho, e os cinco pactos apresentados em resposta às manifestações.

"O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas", [DD] disse Dilma na plenária. "Sabemos que democracia gera desejo de mais democracia e qualidade de vida desperta anseios de mais qualidade de vida", [DD] afirmou.<sup>23</sup>

Dialogando com o discurso da Presidenta em todos os parágrafos (incluindo título e *lead*), esta reportagem apresenta alta incidência de formas de RDA, como atestam inúmeros verbos que indicam a presença do discurso outro. Identificam-se nesta reportagem não apenas verbos de introdução de opinião, que marcam as formas convencionais de transmissão do discurso outro (DD, DI e DIL) – “diz/disse(que)” (6 ocorrências), “afirmou” (2 ocorrências), “repetiu que”, “frisou que”, “rechaçou”, “antecipou que” –, mas também verbos que ancoram a

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ao-criticar-espionagem-dilma-diz-que-nao-se-firma-soberania-sobre-outra-soberania,1078219,0.htm>

Presidenta como enunciador segundo (e2) através do que L1/E1 trata como suas atitudes ao discursar: “cobrou respostas”, “qualificou as ações como..”, “definiu a conduta do governo como...”, “dedicou parte do discurso” e “relembrou os protestos”. Além dos verbos, identificam-se uma expressão conformativa (“Segundo Dilma”) e duas ocorrências de aspas de conotação autonímica: “intrusão” e “arma de guerra”.

O emprego de todas estas formas de representação do discurso outro, identifica a Presidenta Dilma como enunciativa, “isentando” o veículo midiático de assumir o conteúdo enunciado, uma vez que *foi ela quem disse*. Por isso, a ausência de *prise en charge* na representação do dizer de e2, nesta reportagem, indica o distanciamento de L1/E1 em relação ao discurso outro, que ele representa. Apesar de certo efeito de objetividade, tal exposição do outro não é neutra, visto que pontos de vista se identificam no texto.

Em consonância com Emediato (2013), entendemos que a questão que se coloca quando tratamos da mídia de referência não é se há a presença ou ausência de opinião, mas “a forma como é realizada a gestão das vozes e dos pontos de vista<sup>24</sup> na perspectivação dos fatos.” (p.70). Consequentemente, segundo Rabatel (2008b, p. 356), o estabelecimento de pontos de vista compreende uma atitude responsiva, um diálogo potencial entre o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) e outros enunciativos (heterodialogização). Sob essa ótica, é possível analisar processos discursivos que dão a impressão ou efeito de objetividade por parecerem isentos de perspectivação.

---

<sup>24</sup> Importa destacar que da forma como tratamos e concebemos o ponto de vista, este não se confunde com as vozes ou enunciativos. Nesse sentido, ponto de vista e enunciativos não são equivalentes (ver Rabatel, 2008).

Isso pode ser observado em 6 reportagens de nosso *corpus* na medida em que L1/E1 não fala “por si”, porque prefere convocar outras vozes para falar por ele. Deixa, assim, que pela exposição do outro (o que disse ou fez em contexto anterior), ele enquadre ou perspective o conteúdo em pauta na reportagem. Neste caso, L1/E1 funciona como uma espécie de narrador ou encenador que através de seus personagens (enunciadores) mobiliza pontos de vista e orienta argumentativamente o texto sob a ótica de uma aparente neutralidade. Emediato (2013) avalia que diante da concorrência acirrada da mídia para a captação de audiência, a tendenciosidade explícita que permitia ao jornalista revelar sua identidade cede lugar a uma “planificação sobre a heterogeneidade de opiniões” (p.70). Assim, o jornalista se isenta de opinar explicitamente, deixando que os outros falem através dele.

Cabe ainda considerar que o ponto de vista na representação do discurso outro também se identifica através de formas nominais que podem indicar o pdv de L1/E1 ou o pdv de e2<sup>25</sup>. Nesta reportagem, identifica-se apenas uma forma nominal como forma de RDA. A forma nominal “duras críticas” em negrito na primeira linha do texto revela o pdv do jornal sobre o discurso de Dilma, já que, na avaliação do jornal, ela assim o “fez” ao discursar na ONU.

Como uma reportagem mais prototípica, o texto (I) apresenta baixa incidência de forma nominal avaliativa indicando pdv de L1/E1. Em contrapartida, a (II) reportagem abaixo, também publicada no Estadão, mais se assemelha a um artigo de opinião devido à alta

---

<sup>25</sup> Ainda que não seja uma forma de RDA, a forma nominal “o problema” que aparece na fala da Presidenta, reportada pelo jornal, indica o pdv deste enunciador a respeito das ações de espionagem.

incidência de formas nominais que são utilizadas para avaliar o discurso outro.

## (II) Reportagem:

Falando para o eleitorado

26 de setembro de 2013 | 2h 16

O Estado de S.Paulo

**O assertivo protesto da presidente Dilma Rousseff**, na abertura da Assembleia-Geral da ONU, contra a rede global de espionagem eletrônica tecida pela Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos foi **a resposta que lhe cabia dar**, até mesmo na condição de chefe de Estado que foi pessoalmente monitorada pel **o megasquema de bisbilhotice**. Ela arrolou os alvos brasileiros do que chamou apropriadamente de (3)"intrusão", ressaltou a (3)"afronta" **que isso representa aos princípios que devem reger as relações entre países soberanos, "sobretudo entre nações amigas"**, e contestou a alegação americana de que a defesa contra o terrorismo – (3)"as preocupações legítimas de segurança de nossos cidadãos e aliados", enfatizaria em seguida o presidente Barack Obama - é a meta única dos (3)"mecanismos pelos quais reunimos inteligência", ainda (3) nas suas palavras. "O Brasil", [DD] apontou Dilma, "repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas."

Registrados **o agravo e a citação nominal do (3) "governo norte-americano"**, de quem o Planalto exigiu (3)"explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão", a presidente não há de alimentar falsas esperanças sobre o controle de **uma atividade que precede os tempos bíblicos, compartilhada nas mais diversas esferas por todas as comunidades humanas organizadas**. Com o advento da

tecnologia da informação, ampliou-se exponencialmente a diferença de capacidade de Estados e agentes não estatais para espionar inimigos, aliados, competidores, parceiros.

*Pode-se até sustentar* que a posse de meios cada vez mais avançados de "reunir inteligência", como diz Obama, é ela própria **um estímulo à multiplicação dos alvos e ao aprofundamento do escopo da espionagem**. A (3) "necessidade de saber", que se acentua quanto mais é satisfeita e à qual não há poder que não se curve, forja **um inquebrantável círculo vicioso**. O único pecado de um governo é ser apanhado fazendo o que os outros, na medida de suas possibilidades, também fazem.

Eis por que bem não deve a presidente imaginar que a sua fala, além d **os protocolares aplausos com que foi acolhida no plenário** tido como o mais importante do mundo, fará diferença na grande ordem das coisas. Ela que não caia na armadilha de se entusiasmar demais, por exemplo, com o efetivo destino das suas propostas (3)"para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam". O mérito dos princípios que elas visam a garantir - desde a liberdade de expressão e o respeito aos direitos humanos, ao tratamento igual dos usuários do sistema (a "neutralidade da rede") - ou não guarda relação com as propostas por vir ou joga contra elas. Estados autoritários como os da Rússia e da China, para não mencionar o big business da rede, tenderão a sabotar a ideia de uma (3)"governança democrática, multilateral e aberta".

Uma coisa são as palavras; outra, os fatos - e não se pode ignorar que a presidente enveredou pela contramão da realidade ao apregoar os seus alegados esforços para

**proteger o Brasil da interceptação de comunicações e dados.** Na mesma terça-feira em que Dilma se dirigiu à ONU, o site Contas Abertas revelou que o já restrito orçamento do Exército para a defesa cibernética em 2014 deverá ficar R\$ 20 milhões abaixo dos R\$ 90 milhões previstos para o atual exercício. E, destes, menos de R\$ 16 milhões foram empenhados e apenas R\$ 14,4 milhões foram pagos até a semana passada. (4) Segundo o Ministério da Defesa, citado pelo site, os empenhos tendem a crescer no segundo semestre. O essencial, (4) como deixa claro o titular da Pasta, Celso Amorim, é que o País tardará a se apetrechar na frente eletrônica. "Isso leva tempo, demanda investimentos, formação de pessoal e mudança de cultura", [DD] afirmou. Não foi o que Dilma quis fazer crer em seu pronunciamento - no qual se sobressaem as digitais dos seus marqueteiros. Embora dissesse o que precisava dizer da espionagem denunciada, ela falava para um público desmedidamente maior do que as delegações dos 193 Estados-membros da ONU: o eleitorado nacional.<sup>26</sup>

Como se pode observar, esta segunda reportagem é declaradamente argumentativa, portanto orientada por um pdv principal que defende o caráter puramente eleitoreiro do pronunciamento de Dilma na ONU. Assim, segundo o veículo, “as digitais dos seus marqueteiros” se sobressaem no pronunciamento, e são projetadas no próprio título da reportagem. Diferentemente da (I) reportagem, esta mobiliza maior número de formas nominais, o que se identifica já no primeiro parágrafo: “O assertivo protesto da presidente Dilma Rousseff” e “a resposta que lhe cabia dar”. A alta incidência de

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,falando-para-o-eleitorado-1078936,0.htm>

formas nominais nesta (II) reportagem divide espaço com outras formas de RDA, como os verbos de dizer (“chamou de”, “ressaltou”, “contestou”, “afirmou” “apontou”) e de atitude (“arrolou”, “exigiu explicações”, “arrolou os alvos”, “enveredou pela contramão”), que ocorrem em menor proporção se comparados à (I) reportagem. De modo semelhante ao texto (I), os verbos de dizer contribuem para marcar distanciamento de L1/E1 em relação ao pdv da Presidenta. Também reforçam essa ideia de distanciamento a alta incidência de aspas de conotação autonímica ao longo de todo o texto, bem como 3 ocorrências de expressões conformativas: “nas palavras de Dilma”, “segundo” e “como”. Estas duas últimas expressões assinalam o discurso de aliados do governo, representantes do Ministério da Defesa.

Além desses enunciadores, esta reportagem<sup>27</sup> representa outro discurso, o do Presidente Obama com quem coenuncia (“ ‘reunir inteligência’, como diz Obama”), em oposição à Presidenta Dilma. Esta relação de coenunciação revela *prise en charge* de L1/E1 quando utiliza a forma nominal predicativa “um estímulo à multiplicação dos alvos e ao aprofundamento do escopo da espionagem”, que evidencia o pdv de Obama sobre a posse dos meios de Inteligência. Por esta posição divergente, o discurso de Dilma é desqualificado, como indica a forma nominal: “os seus alegados esforços para proteger o Brasil da interceptação de comunicações e dados”, além de outras formas nominais que revelam ironia: “os protocolares aplausos com que foi acolhida no plenário” e “o megasquema de bisbilhotice”. Identifica-se

---

<sup>27</sup> Essa reportagem é nomeada notícia pelo jornal, tal como se observa no link: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,falando-para-o-eleitorado-,1078936,0.htm>



ainda uma forma nominal avaliativa que revela explicitamente a posição do jornal quanto à espionagem e que também contribui para desqualificar o discurso de Dilma: “uma atividade que precede os tempos bíblicos, compartilhada nas mais diversas esferas por todas as comunidades humanas organizadas”.

Todas essas formas revelam o pdv principal que orienta argumentativamente a reportagem, indicando a posição do jornal sobre o pronunciamento de Dilma Rousseff. Foram identificadas 2 reportagens deste tipo em nosso *corpus*, sendo significativa a alta incidência de formas nominais que avaliam não apenas o discurso de Dilma, mas outros objetos de discurso (como as ações de espionagem, por exemplo), que contribuem para ancorar argumentativamente a reportagem. Há ainda duas formas nominais que assinalam o pdv de e2, em posição dissonante à de L1/E1, que se utiliza de aspas de conotação autonímica para marcar distanciamento de e2: i) a “afronta” que isso representa aos princípios que devem reger as relações entre países soberanos, “sobretudo entre nações amigas” e ii) o agravo e a citação nominal do “governo norte-americano”.

Diferentemente da (I) reportagem, em (II), o jornalista não se isenta de opinar ao rotular explicitamente o discurso de e2, como é característico do artigo de opinião, através de formas nominais avaliativas como formas de RDA. O artigo de opinião abaixo, publicado na Revista *Isto é* no dia 24 de setembro de 2013, evidencia tal característica:

### (III) Artigo de opinião:

Dilma fez discurso à altura

Paulo Moreira Leite

Diretor da Sucursal da ISTOÉ em Brasília, é autor de "A Outra História do Mensalão". Foi correspondente em Paris e Washington e ocupou postos de direção na VEJA e na Época. Também escreveu "A Mulher que Era o Outro General da Casa".

O esforço de comentaristas conservadores para minimizar a espionagem da NSA sobre o governo brasileiro e, em particular, contra Dilma Rousseff apenas demonstra [1] **o grau de submissão a Washington** já aceito por [1] **tantas pessoas de gravatão, nariz empinado e espaço generoso nos meios de comunicação**. Eles já começam a reclamar que Dilma fez [3] **um discurso duro demais na ONU**.

Num esforço para ir à essência do debate, acho possível discutir a relação entre Senhor e Escravo descrita por Hegel, o criador do idealismo alemão.

(4) Para Hegel, Senhor e Escravo são personagens de uma dependência mútua. Ao Senhor só era possível exercitar sua dominação porque o Escravo havia interiorizado sua posição como um cidadão dominado – e nem sequer era capaz de pensar o mundo de outra maneira.

Dilma fez [1] **um discurso à altura da espionagem americana**. Empregou palavras duras para [1] **uma agressão inaceitável**. Denunciou um ataque aos direitos humanos e às liberdades civis. E bateu no ponto certo ao falar da soberania nacional. Questionando na raiz o argumento dos EUA para atos de espionagem, lembrou que o governo brasileiro repudia o terrorismo e não hospeda organizações terroristas.

Considerando [1] **o tamanho da ofensa recebida**, seu pronunciamento foi [1] **um desses gestos que deveriam receber apoio unânime**.

Acho muito provável que parte [1] **d essa reação de Dilma** possa lhe trazer benefícios em 2014, como se acredita. Fazer o quê, se Barack Obama comportou-se como [1] **um cabo eleitoral ao contrário?**

Mas não é esse o motivo das críticas. Grande parte de seus adversários não suporta [1] **uma postura de recusa à submissão**, mesmo no plano simbólico. Poderiam até, quem sabe, aceitar um protesto – desde que tivesse o tom de um pedido de desculpas.

Denunciaram a decisão de cancelar a visita aos EUA como [3] **um gesto de marketing**, o que é [1] **uma forma de evitar o debate real**. A denúncia da espionagem envolve [1] **um caso claro de interesse nacional**.

O Brasil está incluído entre as nações que não completaram, ainda, um processo de desenvolvimento autônomo, capaz de permitir um controle efetivo sobre suas próprias riquezas. Os brasileiros têm uma consciência da postura encurvada, e até pior, de muitas autoridades em relação aos Estados Unidos. E aplaudem governantes capazes de atitudes firmes.

A espionagem da NSA mostrou-se inaceitável pelo que se fez e pelo que não se fez. Não dá para um país que define o Brasil como aliado seja capaz de agir pelas costas, buscando informações estratégicas sobre a economia, sobre o ministério e também sobre as conversas da presidente. As relações entre os países podem ser mais tumultuadas do que o convívio de muitos casais, mas exigem certa compostura.

Apanhado em flagrante, a reação dos EUA foi pior ainda. Nada disse nem explicou, [1] **atitude que denuncia o caráter frágil de seus compromissos**. Capaz de partilhar as

informações secretas com Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, a Casa Branca recusou-se a revelar ao governo brasileiro aquilo que havia sido capturado no Brasil e que agora é partilhado, também, pelos aliados referenciais de Washington, num gesto que pode ser interpretado como [1] **deslealdade em dobro**.

Nesta situação, uma resposta mais suave seria [1] **uma demonstração de covardia**.<sup>28</sup>

Neste artigo, identificamos três outros enunciadores, além do colunista (L1/E1) e da Presidenta (e2). São eles: i) os comentaristas (e3) que se opõem ao discurso de Dilma, ii) o Presidente dos EUA e o iii) filósofo Hegel. Ainda que haja verbos introdutórios de opinião assinalando, especialmente o discurso de Obama e dos comentaristas, estas formas de RDA identificam-se em menor proporção se comparadas ao texto (I). No entanto, estas não deixam de contribuir para a construção do ponto de vista no artigo de opinião, uma vez que evidenciam a posição de L1/E1 sobre o discurso outro. Assim, encontram-se as seguintes avaliações sobre o discurso de Dilma: “**bateu no ponto certo ao falar**” e “**Denunciou** um ataque aos direitos humanos e às liberdades civis”. E sobre o discurso dos comentaristas (e3), encontram-se as seguintes avaliações sob forma de imputação: “**começam a reclamar**” e “**não suporta** uma postura de recusa à submissão”.

É evidente que estas formas de RDA contribuem para marcar o pdv de L1/E1 em oposição aos comentaristas, já que, como em todo discurso argumentativo, neste evidenciam-se tensões ou dissonâncias.

Como consequência, identificamos formas nominais de RDA que L1/E1 utiliza para marcar o pdv de e3, representando o discurso dos comentaristas sobre a fala de Dilma na ONU, aos quais se opõe: “um gesto de marketing” e “um discurso duro demais na ONU”. Esta oposição também se revela através de formas nominais que representam o discurso outro – discurso dos comentaristas, que é avaliado negativamente por L1/E1: “o grau de submissão a Washington” e “uma forma de evitar o debate real”. Sustentando essa defesa, identificamos formas nominais que avaliam a atitude de Obama: “atitude que denuncia o caráter frágil de seus compromissos” e “deslealdade em dobro”.

Observamos, assim, que é alta a incidência de formas nominais que contribuem para representar o discurso outro e construir o ponto de vista que norteia o artigo. Do mesmo modo, identificamos ainda formas nominais que evidenciam explicitamente o pdv de L1/E1 sobre o discurso de Dilma: “um discurso à altura da espionagem americana” e “um desses gestos que deveriam receber apoio unânime”. Neste jogo de vozes, L1/E1 também mobiliza discursos a seu favor, como é o caso da citação de Hegel introduzida por expressão conformativa “para”.

Por fim, identificamos outras formas nominais que embora não sejam formas de RDA referem-se à ação de espionagem (“uma agressão inaceitável”, “um ataque aos direitos humanos e às liberdades civis” e “o tamanho da ofensa recebida”), reforçando o pdv de L1/E1 sobre o discurso de Dilma. Consideramos assim que estas formas rotulam, predicam, avaliam e orientam a interpretação do discurso, como um recurso coesivo extremamente comum nos discursos de natureza argumentativa (FRANCIS, 1994).

#### 4 Considerações finais

Ao finalizar este trabalho, chegamos à conclusão de que a mera distinção gêneros de informação (reportagem) *versus* gêneros de opinião (artigo) não é suficiente para diferenciar significativamente estes dois gêneros do ponto de vista linguístico-discursivo. O contínuo que aqui exemplificamos através dos 3 textos apresentados evidencia claramente que a gestão de vozes e o estabelecimento de pontos de vista constituem ambos os gêneros. Por isso, se ambos argumentam, a questão maior sobre a qual nos debruçamos foi exatamente entender nuances diferenciadoras no modo de argumentar e gerir as vozes.

Ao analisarmos a tessitura linguístico-discursiva destes gêneros através de quatro formas de RDA, verificamos que as formas nominais referenciais e os verbos introdutores de opinião se destacam na construção do ponto de vista. Assim, quanto maior a incidência de formas nominais na representação do discurso outro, maior a “tendenciosidade explícita” da mídia no modo de argumentar. Tal traço caracteriza mais fortemente o artigo de opinião. Em contrapartida, a reportagem mais prototípica, em que há uma “planificação da heterogeneidade”, por um efeito de objetividade do veículo midiático que argumenta indiretamente pela voz do outro, é caracterizada por alta incidência de verbos introdutores de opinião. Entre um polo e outro, identificamos reportagens que mais se assemelham a um artigo de opinião devido à presença significativa de formas nominais como instrumentos de tendenciosidade explícita, ainda que haja verbos introdutores de opinião.

Não podemos com isso dizer que os verbos introdutórios de opinião sejam característicos da reportagem, pois a presença do discurso outro é marcante em ambos os gêneros, especialmente em nosso *corpus* cujos textos tratam do discurso outro. Porém, podemos observar que o dispositivo da *prise en charge* é frequente no artigo de opinião, em detrimento da reportagem, pois, no artigo, o locutor avalia explicitamente o discurso outro. Em contrapartida, nas reportagens mais prototípicas, o locutor-enunciador jornalista utiliza o ponto de vista do outro, para perspectivar os objetos de discurso, daí maior incidência de verbos introdutórios de opinião, como visto na (I) reportagem.

Por último, chamamos atenção para o fato de que este trabalho mostra que a distinção informação *versus* opinião deve ser discutida de forma mais cuidadosa no trabalho com o texto midiático não apenas na formação de professores de língua portuguesa, mas sobretudo nos livros didáticos de português, em que dicotomias deste tipo ainda se vislumbram.

## Referências

- AMOSSY, RUTH. *L'argumentation dans le discours*. 2ed. Paris: Armand Colin, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Dire à l'autre dans le déjà-dit: interférences d'altérités – interlocutive et interdiscursive – au cœur du dire. In: C. U. Lorda Mur (éd.). *Polifonia e intertextualidad en el dialogo*. Madrid: Oralia, Arco Libros, 2012a. p.19-44.
- \_\_\_\_\_. Représentation du discours autre et catégorisation métalangagière. In: Grinshpun, Y. & Nyée-Doggen, J. (éds). *Regards croisés sur la langue française: usages, pratiques, histoire*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2012b. p.157-170.
- \_\_\_\_\_. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène » dans J.-M. Lopez-Munoz, S. Marnette et L. Rosier (éds). *Le Discours rapporté dans tous ses états*. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 35-53.

\_\_\_\_\_. Hétérogénéité(s) énonciatives(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 19: 25-42: jul/dez, [1984]1990. Tradução Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. Formes et degrés d'orientation dialogique, genre et point de vue. In: *L'Hétérogène à l'oeuvre dans la langue et les discours: Hommage à Jacqueline Authier-Revuz*. Limoges: Lambert-Lucas, 2012, v.1, p. 289-302.

\_\_\_\_\_. Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa. *Bakhtiniana*, São Paulo, 2009, v. 1, n. 2, p. 23-39.

\_\_\_\_\_. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. *Matraga* 22, Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008, p. 129-144.

DOQUET-LACOSTE, Claire. O jovem escrevente e seus duplos. *Debates em educação*. Maceió, Vol. 5, n. 10, Jul./Dez. 2013. Tradução de Roberta Freitas, Eliene Santos e Kall Anne Amorim.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. cap.8, Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation , p.171-233.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2013.

FRANCIS, Gilles. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (ed.). *Advances in written texts analyses*. London: Routledge, 1994.

GUADANINI, Sandra Magna. A construção da opinião através da designação nas revistas informativas. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2013.

KOCH, Ingerore Grunfeld Villaça. Sobre a seleção do nome núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M.J.; PIRES de OLIVEIRA, R. (orgs.). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p.244-262.

RABATEL, Alain. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges linguistiques* 9, 2005, p.115-136.

\_\_\_\_\_. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit*. Limoges: Editions Lambert-Lucas, 2008.

ROSIER, Laurence. *Le discours rapporté en français*. Paris: Ophrys, 2008.

Recebido em 10/12/2015. Aprovado em 20/12/2015.